



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA DO ENSINO
SUPERIOR

ROSIMEIRE OLIVEIRA AZEVEDO RAMOS

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO NA MODALIDADE A
DISTÂNCIA

FORTALEZA

2012

ROSIMEIRE OLIVEIRA AZEVEDO RAMOS

**REFLEXÕES SOBRE O ENSINO NA MODALIDADE A
DISTÂNCIA**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Gláucia Maria de Menezes Ferreira –
L.D.

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Docência do Ensino Superior, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação ____/____/____

Rosimeire Oliveira Azevedo Ramos

Gláucia Maria de Menezes Ferreira – L. D
Orientadora

Gláucia Maria de Menezes Ferreira – L. D.
Coordenadora

Dedicatória

À Sophia Ramos, filha amada e ao meu esposo João Bosco, companheiro compreensivo e ser decisivo em minha carreira educacional.

AGRADECIMENTOS

A Deus por todas as maravilhas que proporciona em minha vida.

A todos da minha família, pessoas que representam a estrutura na qual me apoio para ser feliz e completa.

Aos meus amigos e parentes, em especial a Marilac e Suiane, pessoas amadas que me ensinam muito. Esses são seres que tornam meus dias mais entusiasmados, que me fazem querer viver muito mais e buscar cada vez mais conquistas.

À professora Gláucia Ferreira, ser repleto de conhecimento e compreensão, que me orientou na condução desse trabalho.

"A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe."

Jean Piaget

RESUMO

As modalidades de ensino vêm se ampliando ao longo dos anos, trazendo para professores e alunos novas maneiras de abordar o conhecimento. Neste documento monográfico discute-se que é através dessas novas perspectivas que o acesso ao conhecimento tem sido possível para uma quantidade muito maior de pessoas. Dentro desse panorama se coloca a Educação a Distância (EAD), modalidade de ensino que tem se tornado pontual dentro das instituições educacionais de nível médio, técnico, tecnológico e superior. Ressalta-se que compreender como se processa essa nova forma de difundir o conhecimento é fundamental para qualquer pessoa ligada às transformações educacionais nacionais e internacionais, seus aspectos históricos e a legislação que a orienta, bem como as habilidades e competências dos agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. A interatividade e a avaliação com ressalva para os tipos, as formas e o que avaliar no discente também são aspectos de alta relevância para o êxito de todos. Conclui-se que esses são pontos cruciais que permeiam esta modalidade de ensino.

Palavras-chaves: Educação superior, legislação e avaliação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I: HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL	11
1.1 Fundamentação Teórica e Legalização.....	11
1.2 EAD e Ensino Superior	17
CAPÍTULO II: PERFIL DO PROFESSOR-TUTOR E DO ALUNO VIRTUAL.....	21
2.1 Competências e Habilidades.....	21
2.2 Interatividade	27
CAPÍTULO III: AVALIAÇÃO EM EAD.....	30
3.1 Tipos	30
3.2 Avaliação Virtual.....	34
3.3 Como avaliar.....	36
CONCLUSÕES	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

INTRODUÇÃO

A educação vem passando por uma série de transformações e melhorias que têm, de uma forma muito positiva, possibilitado um maior número de pessoas assistidas pelo conhecimento e engajadas em uma sociedade que exige membros cada vez mais especializados.

Dentro destas transformações aparece um cenário educacional marcado pelo nível de conhecimento cada vez mais dissipado, culminando em novas formas de proporcionar o acesso ao ensino e à formação. Dentro desse cenário surge a modalidade de Ensino a Distância (EAD), sistema de ensino elaborado para proporcionar a possibilidade de conclusão de níveis educacionais, formação profissional, bem como o acesso à educação superior no que concerne à graduação e à pós-graduação, especificamente as especializações, a muitas pessoas.

Para tentar compreender como funciona essa nova possibilidade de ensino e o quão significativo se tornou para uma infinidade de pessoas que não dispõem do tempo convencional das instituições de ensino na modalidade presencial, serão apresentadas algumas reflexões interessantes acerca do assunto mencionado.

Este trabalho se divide em três partes. O primeiro capítulo terá como foco o contexto histórico no qual se insere a EAD no Brasil, as primeiras aparições e as formas como se manifestou. Discutirá a lei orgânica federal que a legalizou, as primeiras instituições que aderiram a essa modalidade de ensino, bem como sua importância para a educação em nosso país, mais especificamente a voltada para o ensino superior.

O segundo capítulo apresentará sobre os tipos de avaliação contemplando a somativa, a diagnóstica e a formativa. Também abordará as formas como ocorre, as ferramentas mais utilizadas pelos professores para detectar o grau de desenvolvimento dos alunos. Por último, mas não menos importante, serão levantadas algumas hipóteses de como avaliar, o que deve ser levado em consideração e de que forma o professor contribui para auxiliar o aluno.

O terceiro capítulo fará um apanhado sobre as habilidades e competências que precisam ser apresentadas para compor o perfil dos alunos e professores nessa nova

forma de aprender. Bem como a importância e as formas de interação mais decorrentes nesse tipo de modalidade de ensino, sua relevância e necessidade para o sucesso tanto do aluno quanto do professor.

CAPÍTULO I: HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E LEGALIZAÇÃO

Nesse capítulo introdutório serão abordados aspectos relevantes do contexto histórico em que surge a EAD no Brasil, época, características, instituições que acreditaram e investiram no ensino a distância, como esta modalidade se desenvolveu no sistema de ensino brasileiro. Será analisado também a questão legal que torna possível a concretização da EAD no país. Por último, o desenvolvimento e a importância desta modalidade para o ensino superior.

A EAD no Brasil é marcada por uma trajetória de sucesso, não obstante a existência de alguns momentos de estagnação provocados por ausência de políticas públicas para o setor. Em mais de cem anos, excelentes programas foram criados e, graças à existência deles, fortes contribuições foram dadas ao setor para que se democratizasse a educação de qualidade, atendendo, principalmente, cidadãos fora das regiões mais favorecidas.

As pesquisas realizadas em diversas fontes mostram que, pouco antes de 1900, já existiam anúncios em jornais de circulação no Rio de Janeiro oferecendo cursos profissionalizantes por correspondência. Eram cursos de datilografia ministrados não por estabelecimentos de ensino, mas por professores particulares.

Não obstante essas ações isoladas, que foram importantes para uma época em que se consolidava a República, o marco de referência oficial é a instalação das Escolas Internacionais, em 1904. A unidade de ensino, estruturada formalmente, era filial de uma organização norte-americana existente até hoje e presente em diversos países. Os cursos oferecidos eram todos voltados para as pessoas que estavam em busca de empregos, especialmente nos setores de comércio e serviço. Eram cursos profissionalizantes, de nível introdutório. Ofertadas por instituições privadas, tinham por base material impresso distribuído por correspondência. Esse modelo consolidou-se na década de 1940, com a criação do Instituto Monitor (1939) e do Instituto Universal

Brasileiro (1941). Pode-se considerar essa como a primeira geração de EAD. Posteriormente, com o rádio e a televisão, foi utilizada para promover programas de alfabetização, ligados principalmente à Igreja Católica, e de ensino supletivo, para complementação da Educação de Jovens e Adultos (EJA). (CARTA Mensal Educação 2004/2007, p.16)

A partir da década de 70 ampliou-se a oferta de programas de teleducação. E finalmente na década de 90 o governo brasileiro, através do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério das Comunicações (MC), tomou, a partir de 1993, as primeiras medidas concretas para a formulação de uma política nacional de EAD, para a criação, através de Decreto nº 1.237, de 6 de setembro de 1994, do Sistema Nacional de Educação a Distância, além de muitas outras:

—Protocolo de Cooperação nº 3/93, assinado entre o MEC e o MC, com a participação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), do Conselho de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), visando ao desenvolvimento de um sistema nacional de EAD.

—Convênio nº 6/93 – MEC/MC/Embratel, com a participação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), do Ministério da Indústria e Comércio (MinC), Crub, Consed e Undime, para garantir a viabilização do EAD.

—Acordo de Cooperação Técnica 4/93 – MEC/UnB, para a coordenação, pela Universidade de Brasília (UnB), de um Consócio Interuniversitário, com a finalidade de dar suporte científico e técnico para a educação básica, utilizando os recursos da Educação Continuada e da EAD

—Decreto criando a Televisão para a Educação, assinado pelo presidente da República e ministros da Educação e das Comunicações, com dedução do valor de tarifas para programas de EAD;

—Criação da Coordenadoria Nacional de EAD, no âmbito do MEC. Além dessas medidas, em nível federal, *Um salto para o futuro*, programa desenvolvido para proporcionar o acesso ao Ensino Médio a pessoas que apresentavam dificuldade para frequentar uma sala de aula convencional. Esse programa oportunizou a criação, em cada unidade da federação, de uma Coordenadoria de Educação a Distância vinculada à respectiva Secretaria de educação, encarregada da utilização de programas de EAD.

—O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) iniciou suas atividades em EAD em 1976, com a criação de um Sistema Nacional de Teleducação. De 1976 a 1988 foram oferecidos cerca de 40 cursos, utilizando material institucional. Em 1991 o SENAC, após avaliação, promoveu uma reestruturação geral do seu programa de EAD. O gerenciamento do sistema, que era centralizado em seis estados, passou a ser realizado através de Unidades Operacionais de EAD, em cada administração regional. No Departamento Nacional, foi criado, em 1995, o Centro Nacional de Ensino a Distância. Em 1995, o SENAC atendeu cerca de 2 milhões de alunos através da EAD.

—A Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT), desde o início da década de 80, oferece cursos direcionados ao aperfeiçoamento de recursos humanos utilizando material institucional, que permite acompanhamento personalizado, com tutoria. Passaram, até agora, pelos cursos da ABT, cerca de 30 mil pessoas.

—A UnB, tem uma experiência de mais de quinze anos em EAD através de cursos de extensão, iniciada em 1979, oferecendo mais de 20 cursos, seis dos quais traduzidos da Open University, universidade norte americana. Esses cursos foram utilizados por pessoas de todos os estados. Muitos deles tiveram, além dos alunos regularmente inscritos, um número muito grande de participantes, uma vez que alguns fascículos foram veiculados por jornais de várias capitais e pela revista editada pela UnB.

A modalidade de educação a distância obteve respaldo legal para sua realização com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 -, que estabelece, em seu artigo 80, a responsabilidade de uso orgânico da modalidade de educação a distância em todos os níveis e modalidade de ensino. Esse artigo foi regulamentado posteriormente pelos Decretos 2.494 e 2.561, de 1998, mas ambos revogados pelo Decreto 5.622, em vigência desde sua publicação em 20 de dezembro de 2005.

No Decreto 5.622, ficou estabelecida a política de garantia de qualidade no tocante aos variados aspectos ligados à modalidade EAD, notadamente ao credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação, harmonizados com padrões de qualidade enunciados pelo MEC.

Entre os tópicos relevantes do Decreto, tem destaque:

- a) A caracterização de EAD visando instruir os sistemas de ensino;

- b) O estabelecimento de preponderância da avaliação presencial dos estudantes em relação às avaliações feitas a distância;
- c) Maior explicitação de critérios para o credenciamento no documento do plano de desenvolvimento institucional (PDI), principalmente em relação aos pólos descentralizados de atendimento ao estudante;
- d) Mecanismos para coibir abusos, como oferta desmesurada do número de vagas na educação superior, desvinculada da previsão de condições adequadas;
- e) Permissão de estabelecimento de regime de colaboração e cooperação entre os Conselhos Estaduais e Conselho Nacional de Educação e diferente com as esferas administrativas para: troca de informações; supervisão compartilhada; unificação de formas; padronização de procedimentos e articulação de agentes;
- f) Previsão do atendimento de pessoa com eficiência;
- g) Institucionalização de documento oficial com Referência de Qualidade para a EAD. Sobre o último tópico destacado cabe observar que muito embora no ano de 2002, não houvesse determinação legal explícita, naquela ocasião o MEC instituiu a primeira comissão de especialistas, por meio da Portaria Ministerial nº 335/2002, com o objetivo de discutir amplamente a questão dos referenciais de qualidade para educação superior a distância.

A história da EAD no Brasil é marcada pelo surgimento e disseminação dos meios de comunicação. Considera-se como marco inicial a criação entre 1922 e 1925, por Roquete Pinto, o fundador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, de um plano sistemático de utilização educacional da radiodifusão como forma de ampliar o acesso à educação. Entre os projetos que foram desenvolvidos destacam-se:

- O ensino por correspondência é utilizado pela Marinha desde 1939.
- O Instituto Universal Brasileiro, sediado em São Paulo com filiais no Rio de Janeiro e Brasília, oferece cursos por correspondência. Fundado em outubro de 1941 é um dos pioneiros no ensino a distância em nosso país.
- O Projeto Minerva, transmitido pela Rádio MEC, com apoio de material impresso, permitiu a milhares de pessoas realizarem seus estudos básicos.
- O Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Projeto Saci) foi concebido e operacionalizado em caráter experimental entre 1967 e 1974 por iniciativa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

A experiência pioneira no Brasil em televisão educativa foi realizada pela Fundação Padre Anchieta. Adquirida pelo Governo de São Paulo em 1967, com o objetivo de promover atividades culturais e educacionais por meio do rádio e TV ginásial e de línguas, utilizando telepostos mantidos pela própria Fundação ou por entidades particulares. A Telescola da Fundação Padre Anchieta, de São Paulo, produziu e veiculou programas de apoio a alunos e professores das últimas séries do ensino fundamental.

- A Fundação Padre Landell de Moura (Feplan), sediada em Porto Alegre, desenvolve expressiva programação educativa desde 1967 com curso de natureza utilizando metodologia de ensino pelo rádio e por correspondência.
- O sistema de televisão Educativa do Maranhão teve início em 1969, com uma atuação em nível ginásial e curso de madureza. O material utilizado era produzido pela TV Cultura de São Paulo, sendo o único experimento que integrava a TVE ao sistema educacional formal.
- O instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia ocupava lugar de destaque na história da teleducação brasileira por iniciativa pioneira instalava, em 1969, postos de recepção para cursos de madureza ginásial em integração com atividades radiofônicas educativas.
- O colégio Anglo-Americano, com sede no Rio de Janeiro, vem oferecendo desde o final da década de setenta, em 28 países, cursos por correspondência em nível de ensino fundamental e médio, para brasileiros que residem temporariamente fora do país.
- Uma das primeiras experiências universitárias de educação a distância no Brasil foi iniciada pela UnB, em meados de 1970. A Televisão Educativa do Ceará teve início em 1974. Desenvolveu programa Tele-ensino para alunos de 5ª à 8ª séries do ensino fundamental, objetivando principalmente atingir alunos no interior do Estado. A TVE do Ceará presta serviços às Secretarias Estadual e Municipal de Educação, mediante convênio.
- Criado em 1975, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro, uma iniciativa conjunta com a Secretaria da Educação Média e Tecnológica do MEC, criou um Curso de Especialização Didática Aplicada à Educação Tecnológica. Utilizando a modalidade de EAD, possibilita ao professor cursista o acesso a alguns referenciais teórico-práticos.

- O SENAC, instituição sem fins lucrativos voltada para a formação profissional no setor de Comércio e Serviços, iniciou suas atividades em EAD em 1976, com a criação de um sistema Nacional de Teleducação. Entre 1976 e 1988 foram oferecidos cerca de 40 cursos, utilizando material instrucional adaptado pelo seu Departamento Nacional, a partir do material já existente na instituição. Neste Departamento foi criado, em 1995, o Centro nacional de Ensino a Distância.
- A Fundação Roberto Marinho (FRM) iniciou com o Telecurso de 2º grau e o Supletivo do 1º grau, em 1994, concebeu e produziu a série Telecurso 2000, em convênio com a Federação das Indústrias do estado de São Paulo (FIESP), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Social da Indústria (SESI). Essa série, além da parte de educação geral, oferece cursos profissionalizantes. O primeiro curso oferecido foi o de Mecânica.
- A Multi-Rio, empresa de multimeios da Prefeitura do Rio de Janeiro, atua na área de EAD e vem realizando um trabalho dirigido a alunos e professores de 5ª a 8ª séries do sistema municipal de ensino.
- O laboratório de Ensino a Distância do programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criado em 1995, oferece cursos de pós-graduação – *lato e stricto sensu* – cursos extensão em todas as áreas de engenharia de produção e áreas afins em várias cidades do estado de Santa Catarina com aulas ministradas a distância.
- Implantada em março de 1996, a TV Escola da Secretaria de EAD do MEC que vai ao ar diariamente, 14 horas por dia, é uma das maiores iniciativas de EAD em operação no país. Baseia-se em disseminação de material didático via TV, complementado por atividades presenciais ou de interação a distância.
- A Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo, é pioneira na experimentação de um curso de moda à distância, via internet. As primeiras iniciativas em Ensino Interativo nessa Universidade começaram com o projeto Atue On-Line em 1997. Em 2000, passou a integrar a Universidade Virtual Brasileira.

- O consórcio Uniredes, cuja a proposta foi lançada em dezembro de 1999 e formalizada em janeiro de 2000, é atualmente composto por 62 universidades públicas brasileiras e visa colocar o ensino a distância no Brasil em um patamar tanto de qualidade como de quantidade de cursos e atividades ofertadas.
- Em 2000, também foi lançada a Universidade Virtual Brasileira, um consórcio que reúne universidades privadas de todo o Brasil, destinado a desenvolver cursos e programas on-line em todos os níveis nas áreas de negócios, marketing, turismo, comunicação e artes, entre outras.

Observa-se que muitas foram as medidas tomadas para a legalização da EAD no Brasil. Todos os projetos, ao seu modo, contribuem de forma significativa para que mais pessoas possam se engajar em uma carreira profissional e, dessa forma, melhorar sua qualidade de vida e seu nível educacional e intelectual.

1.2 EAD E ENSINO SUPERIOR

No Brasil, a entrada da EAD na educação superior é recente, em outros países existe há mais tempo. A Universidade de Londres pode ser apontada como um marco histórico. Fundada em 1836, teve papel pioneiro na extensão da educação universitária para todos, independentemente de raça, credo, gênero ou país de origem. Em 1878, tornou-se a primeira universidade na Grã-Bretanha a admitir mulheres. Em 1858, com a concessão dada pela rainha Vitória, teve o seu sistema externo estabelecido, abrindo o processo de EAD para todos aqueles que não podiam ir a Londres estudar.

No Brasil, através de ações governamentais, o Ministério da Educação criou uma Secretaria de Educação a Distância (SEED) com resoluções e objetivos a fim de aumentar a qualidade da educação brasileira e democratizar o seu uso, assim sendo em 3 de abril de 2001, a Resolução nº 1, do Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as normas para a pós- graduação *lato* e *stricto sensu* a distância.

Quando se trata da oferta de cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico, a instituição interessada deve credenciar-se junto ao MEC,

solicitando, para isso, a autorização de funcionamento para cada curso que pretenda oferecer. O processo será analisado na Secretaria de Educação Superior (SESU), por Comissão de Especialistas na área do curso em questão e por especialistas em EAD. O parecer dessa comissão será encaminhado ao CNE. O trâmite, portanto, é o mesmo aplicável aos cursos presenciais.

Quanto à Pós-Graduação a distância, a possibilidade de cursos de mestrado, doutorado e especialização a distância foi disciplinada pela Resolução nº 01, da Câmara de Ensino Superior (CES), do CNE, em 3 de abril de 2001. O artigo 3º, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996, determina que os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) a distância serão oferecidos exclusivamente por instituições credenciadas para tal fim pela União e obedecem às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecidas na referida Resolução. No artigo 11, a Resolução nº 1, de 2001, também conforme o disposto no § 1º do artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996, estabelece que os cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância só poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

Do ponto de vista da oferta de cursos de graduação, pode-se considerar a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá, como uma das Pioneiras, com a oferta de seu curso de Pedagogia (educação básica, de 1ª a 4ª séries), na modalidade licenciatura plena, implantado em 1995 em caráter experimental. A proposta do curso surgiu a partir de uma demanda da Secretaria de educação do Estado de Mato Grosso e de algumas prefeituras do pólo regional de Colider. O modelo trabalhava com pólos, tendo por base uma estrutura administrativo-pedagógica, com pessoal de apoio às atividades de secretaria e uma equipe de orientadores acadêmicos responsáveis pelo acompanhamento e orientação do processo de aprendizagem dos alunos de vários municípios.

Em 1996, surge uma experiência pioneira de EAD em uma universidade, com a utilização de vídeo conferência em um programa de pós-graduação do departamento de engenharia de produção da UFSC. Evoluindo para um programa de mestrado denominado de ‘presencial virtual’, a experiência vem mostrando o potencial dessa

tecnologia para a ampliação do acesso à pós-graduação. Ao mesmo tempo, mostrou também as novas necessidades que surgem quanto à gestão dessa ampliação, na medida em que são necessárias mudanças em processos institucionais que colocam à prova uma estrutura estabelecida de processos organizados para uma universidade mais elitista e inserida no paradigma presencial.

No país existem três organizações que influenciam de maneira decisiva a história da EAD, são elas: a Associação Brasileira de Teleducação (ABT), o Instituto de Pesquisas e Administração da Educação (Ipaee) e a Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed).

A ABT foi criada em 1971 por um grupo de profissionais da área de radiodifusão. Congregou, logo de início, os mais importantes brasileiros e estrangeiros que atuavam nas tecnologias aplicadas à educação, realizando a série dos Seminários Brasileiros de Tecnologia Educacional e editando a revista *Tecnologia Educacional*.

Em 1980, o governo federal credenciou a ABT para ministrar “cursos de pós-graduação *lato sensu* de maneira não convencional, através de ensino tutorial”. Segundo a legislação da época, os credenciamentos eram analisados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), e definidos pelo Conselho Federal de Educação (CFE), após acompanhamento da SESU do MEC. O parecer nº 891, aprovado pelo CEF, em 7 de agosto de 1980, possibilitou o funcionamento de 12 cursos, distribuídos em cinco áreas de conhecimento. A autorização foi dada por dois anos e mais tarde prorrogada por mais 18 meses.

Em 1985, o Conselho registra o sucesso de empreitada, por meio do parecer nº 295. Não obstante, impede o prosseguimento do projeto até que seja estabelecida uma norma até hoje não foi editada, o programa não continuou. A entidade permanece tendo sua atuação regular, dando ênfase às tecnologias educacionais em sentido amplo.

Relevante contribuição foi dada também pelo Ipaee, fundado em 1973, que foi o responsável pela realização dos primeiros Encontros Nacionais de Educação a Distância (1989) e pelos Congressos Brasileiros de Educação a Distância (1993).

Coube ao Ipaee influenciar decisivamente a reflexão sobre a importância da EAD no mundo e no Brasil. Ademais, ajudou a formular as disposições normativas que foram incorporadas à LDB, cujo projeto original foi apresentado à Câmara dos Deputados em

1988. Os encontros e congressos reuniram os mais importantes artífices da EAD brasileira, vinculados tanto ao poder público como à iniciativa privada. Vários parlamentares e formuladores de programas oficiais utilizaram-se dos documentos produzidos pelos ventos no convencimento dos seus pares sobre a relevância da EAD em nosso país. Os trabalhos ajudaram também na criação de uma secretaria encarregada dos assuntos da EAD.

A terceira instituição é a Abed, que vem colaborando com o desenvolvimento da EAD no Brasil e promovendo a articulação de instituições e profissionais, não só no país como no exterior. Organiza congressos anualmente, hoje internacionais e promove seminários nacionais.

Considerando que a Abed congrega importantes personagens da atualidade, as produções científicas são elementos importantes para que ocorra o aprimoramento dos sistemas de aprendizagem. Um dos mais expressivos papéis da Abed foi sediar a 22ª Conferência Mundial de Educação Aberta e a Distância do ICDE (International Council of Open and Distance Learning), no Rio de Janeiro, em setembro de 2006, da qual participaram educadores de mais de 70 países.

Por fim, duas universidades merecem ser mencionadas, por seu pioneirismo: UFMT, primeira no país a implantar efetivamente cursos de graduação a distância, e a Universidade Federal do Pará (UFPA), que recebeu o primeiro parecer oficial de credenciamento, pelo CNE, em 1998.

É possível observar que a EAD no Brasil está apenas iniciando quando considera-se sua aplicação em outros países. Aos poucos ganha estabilidade e credibilidade por parte de alunos, professores e mercado de trabalho, além de tornar possível, em maior escala, a qualificação profissional de muitas pessoas, que utilizam novas formas de aprender e dissipar informações e conhecimento.

CAPÍTULO 2: PERFIL DO PROFESSOR-TUTOR E DO ALUNO VIRTUAL

2.1 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Esse capítulo tratará sobre o perfil de professores e alunos que fazem parte da modalidade a distância. Trará algumas das competências e habilidades que são fundamentais para quem se enquadra nesse grupo. Abordará também a questão da interatividade, as formas como ocorre, a sua importância para o processo.

Trabalhar a partir de equívocos e dos obstáculos que ocorrem no processo de ensino-aprendizagem, basear-se no princípio de que o ensinamento não está fincado na memorização e no acúmulo de informações sem conexão pressupõe o desenvolvimento cognitivo, intelectual e social que marca o caminho percorrido em busca do conhecimento.

O favorecimento de situações de aprendizagens significativas e a condução e organização de situações didáticas eficazes são responsáveis por boa parte do êxito no percurso traçado por alunos e professores que buscam tal conhecimento.

Ao adentrar-se em um cenário educacional marcado pela EAD, observam-se algumas habilidades e competências que também têm relação com tal êxito, principalmente quando se trata dessa modalidade de ensino.

Na modalidade EAD, desenvolvida para possibilitar o conhecimento e a formação para quem não tem disponibilidade para o ensino presencial, apresenta-se o professor-tutor, aquele que interage de maneira síncrona e assíncrona com o aluno, esse deve trabalhar visando o pleno desenvolvimento do aluno, para tanto deve, entre outras coisas, trabalhar a partir das percepções deles, dialogar com eles, fazer com que sejam avaliados para aproximá-los dos conhecimentos científicos a serem ensinados, isso os remeterá a compreensão dos esquemas cognitivos de seus alunos e os fará encontrar um ponto de partida comum dentro dos conhecimentos sincréticos, de maneira a desestabilizá-los, apenas o suficiente para levá-los a restabelecerem o equilíbrio, incorporando novos elementos às representações existentes.

Para tanto, observa-se algumas das funções desempenhadas pelo professor para auxiliar no desenvolvimento do aluno, tais como:

- Auxiliar o aluno de forma sistemática e colaborativa em questões técnicas, na motivação para seus estudos e no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem;
- Auxiliar na realização das atividades no Ambiente Virtual;
- Interagir com os alunos sob sua supervisão;
- Consultar o professor formador sobre questões referentes ao conteúdo;
- Esclarecer dúvidas dos alunos através de email, fórum, telefone ou pessoalmente;
- Consultar a coordenação de tutoria e professor sobre dificuldades referentes à interação com os alunos;
- Orientar o aluno sobre com quem falar para solucionar alguma outra dificuldade que não seja de sua competência.

É importante que o professor-tutor tenha consciência de que o apoio ao aluno é primordial na EAD. Dentro do sistema de apoio, algumas funções são fundamentais, como o apoio ao desenvolvimento pessoal, motivação e estímulo ao aluno, sendo essas funções incumbidas ao tutor. O tutor, dessa maneira, é encarado como um profissional que intencionalmente promove, facilita e mantém os processos de comunicação necessários para contribuir para o aperfeiçoamento do sistema com o intuito básico de ajudar no processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, o tutor deve possuir algumas qualidades, como: autenticidade e honradez, maturidade emocional, bom caráter e cordialidade, compreensão de si mesmo, capacidade empática, inteligência e agilidade mental, capacidade de escutar, cultura social, estabilidade emocional, capacidade de aceitação, inquietude cultural e amplos interesses, liderança, entre outras.

Este profissional precisa apresentar algumas competências comportamentais e técnicas, como:

- Organização e Planejamento;
- Pró-atividade;
- Auto-motivação;

- Empatia;
- Equilíbrio emocional;
- Flexibilidade;
- Assiduidade;
- Comprometimento;
- Liderança;
- Criatividade.
- Conhecimento das rotinas de trabalho;
- Conhecimento em informática básica/ ambiente virtual de ensino-aprendizagem;
- Conhecimento pleno da disciplina ministrada;
- Conhecimento sobre EAD/sobre o curso.

Como competência global do professor, Perrenoud (2000, p.110) propõe como uma alternativa organizar e dirigir situações de aprendizagem, daí saem outras secundárias, como:

- Conhecer para determinada disciplina, os conteúdos a serem ensinados e sua tradução em objetivos educacionais.
- Trabalhar a partir das representações dos alunos.
- Trabalhar a partir dos erros e dos obstáculos à aprendizagem.
- Construir e planejar dispositivos e sequências didáticas.
- Envolver os alunos em atividades de pesquisa, em projetos de conhecimento.

O tutor, nessa modalidade de ensino, é uma das pessoas importantes no processo, pois é ele que, no mínimo, orientará os alunos em suas dificuldades e questionamentos. Por isso, deve conhecer e manejar muito bem os recursos e as ferramentas que o computador oferece para a utilização da internet no processo do curso. Deve, também, entender bem da área do conhecimento em que atua para poder orientar os alunos (usuários) nas atividades propostas.

O ensinar e o aprender estão intimamente relacionados, por isso, o professor-tutor deve ter compromisso e muita responsabilidade em conduzir o processo educativo, tendo como finalidade a construção dos conhecimentos do desenvolvimento da autonomia de seus alunos o uso de métodos e recursos contextualizados e por fim, a

satisfação de ter cumprido bem a tarefa de: ensinar para a vida. Eis o desafio: ensinar e avaliar para aprender e crescer.

Ao adentra-se em um cenário educacional marcado pela EAD alguns estudantes conseguem manter-se motivados, prosseguindo seus estudos com facilidade. Outros não! Em geral, a distância física do professor, dos colegas e a própria flexibilidade de horário, dificultam sua adaptação, especialmente pelo fato de estarem marcados por experiências educacionais presenciais.

Desse modo, os cursos a distância precisam ser organizados de forma a incentivar constantemente o interesse do *aluno de EAD*, a partir de agora referenciado como *aluno virtual*, parafraseando Palloff e Pratt (2004, p. 79). Os materiais didáticos devem ser voltados para a sua realidade pessoal e profissional, contando com a mediação de um tutor ativo e competente, que incentive constantemente o engajamento de todo o grupo. Essas premissas contribuem para que o aluno virtual construa uma trajetória de aprendizagem bastante significativa. Ao adentrar-se em um cenário educacional como esse, observa-se algumas habilidades e competências que também têm relação com tal êxito, principalmente quando se trata desta modalidade de ensino.

A primeira está diretamente associada à autonomia. A palavra “autonomia”, etimologicamente, é formada por dois vocábulos gregos: *autos* (próprio, a si mesmo) e *nomos* (lei, norma, regra). Para os gregos, significa a capacidade de se autogovernar, de elaborar seus próprios preceitos e leis, dos cidadãos decidirem o que fazer. Isto é, autonomia significa o pleno direito à liberdade política e econômica, uma qualidade inerente à cidadania. Isso significa que o estudante é o principal responsável pelos percursos de aprendizagem que irá implementar durante o curso a distância. Essa responsabilidade primeira do aluno virtual não extingue a necessidade de se ter um curso bem elaborado, com materiais didáticos de qualidade e tutores ativos, que colaborem com os avanços cognitivos dos alunos. Contudo, o desenvolvimento da autonomia se faz necessário pela própria natureza da EAD, uma modalidade educacional que congrega pessoas, distantes fisicamente, em ambientes virtuais repletos de possibilidades e recursos pedagógicos e tecnológicos.

Outra habilidade educacional muito importante quando se fala em EAD *Online* é a colaboração, ou seja, um interesse por aprender colaborativamente. Em se tratando de

cenários educacionais a distância essa comunicação ganha uma dimensão de grande relevância por viabilizar a aprendizagem colaborativa.

Entretanto, existem questões que envolvem decisões pessoais e que não dependem da organização do curso em si.

A automotivação é uma das estratégias desenvolvidas pelo aluno para se manter ativo. Para tanto precisa informa-se sobre prazos para cumprimento de atividades, formas de contato com seu tutor e com outros colegas para esclarecimentos de dúvidas, compartilhamento de dificuldades etc. Além disso, deve manter sempre em mente os objetivos que o levaram a participar de um curso nessa modalidade.

Outra característica relevante em um aluno virtual é a capacidade de adaptação a novas situações. A EAD está inserida em um cenário de constantes mudanças, principalmente em função dos avanços nas pesquisas sobre metodologias voltadas para essa área. Além disso, a forte ligação de EAD com a tecnologia faz com que o surgimento de novas mídias e recursos em geral sejam sempre incluídos nesses ambientes educacionais.

Por esta razão é sempre, é muito importante desenvolver uma capacidade de adaptação ao uso de novos recursos e estratégias de aprendizagem. Na EAD, não há um modelo único de currículo, de ensino e de avaliação. Cada programa e sistema de EAD têm a liberdade de criar seus cursos de acordo com diferentes linhas epistemológicas.

Como aluno virtual é necessário saber organizar o tempo e exercitar a disciplina. De acordo com Palloff e Pratt (2004, p.104), o tempo preciso para acompanhar um curso a distância é bem maior do que normalmente se estima. Existem leituras e procedimentos inerentes a essa modalidade que requerem momentos regulares de dedicação por parte do estudante.

Uma boa orientação nesse quesito é o estabelecimento claro dos seus objetivos educacionais, como foi citado anteriormente, definindo-se a partir de então, as atividades a serem realizadas, os prazos de execução e o nível de prioridade de cada uma das tarefas. Todas essas informações devem ser marcadas em um calendário e fixadas em algum lugar visitado regularmente.

Entre as atividades que deverão ser realizadas pelo aluno, destaca-se as seguintes: leitura dos textos das aulas e de textos complementares; leitura e postagem de mensagens de discussão; participar em sessões de chat; participação em encontros presenciais; participação em sessões de videoconferência; escrita de trabalhos individuais; escrita de trabalhos em grupo, dentre outras.

Outra habilidade indispensável ao perfil de um aluno de EAD é saber se comunicar de forma escrita. Isto inclui: apresentar reflexões sobre os textos lidos, sobre as mensagens dos outros colegas; questionar pontos de vista; solucionar exemplos em discussões teóricas; procurar sempre preservar uma postura cordial e fundamentada na ética.

Além desses aspectos, também há os requisitos tecnológicos. O primeiro requisito de ordem tecnológica é ter acesso a um computador conectado a Internet, com uma largura de banda compatível com o manuseio de diferentes mídias: textos, imagens e vídeos.

A questão do acesso às tecnologias é um tanto polêmica Horta (007, p. 123); Silva et al, (2004, p. 97), especialmente quando o tema é EAD. Considerando que o formato predominante da EAD na atualidade é a EAD Online, o acesso regular às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), é de fundamental importância para o bom acompanhamento de cursos nesta modalidade.

De posse da tecnologia, o aluno virtual precisará agora compreender o seu manuseio, não como o foco principal de sua formação, mas para usá-la como uma ferramenta de apoio, importante ao seu aprendizado. É preciso conhecer as ferramentas disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), como também suas limitações, para que possa utilizar alternativas que ampliem suas possibilidades educativas.

Entre as ferramentas do AVA mais importantes a serem manuseadas pelo aluno virtual, destacamos as ferramentas de interação (fórum, *chat*, *e-mail*), por possibilitarem uma aproximação maior entre os alunos virtuais e seu tutor. Esses recursos abrem canais de comunicação indispensáveis à construção coletiva do conhecimento.

Na comunicação mediada por computador, em ambientes virtuais de aprendizagem, o processo comunicativo depende quase que exclusivamente de trocas

textuais, subtraindo-se, as possibilidades de uso de linguagens não-verbais, gestos, expressões faciais, olhares, tom de voz etc. Essa característica pode interferir na ação educativa e sugere uma postura do educador na qual a distribuição do conhecimento dá lugar à interação, à comunicação, à aprendizagem cooperativa e colaborativa Silva, (2000, p. 78). As possibilidades de interação, geradas por interfaces de comunicação, dependem de estratégias didáticas propostas pelo educador que fomentem o diálogo problematizador. (FREIRE, 1977, p. 98).

2.2 INTERATIVIDADE

Um aspecto importante que norteia essa modalidade de ensino relaciona-se à interatividade que significa caráter ou condição de interativo; capacidade (de um equipamento, sistema de comunicação ou de computação, etc) de interagir ou permitir interação.

Apesar da aparente simplicidade, a interatividade é uma tarefa difícil de ser desenvolvida especialmente quando se fala em educação. Isso se torna ainda mais complexo em se tratando de EAD, já que diversos agentes interagem de várias maneiras, usando diversas ferramentas, além dos objetivos, como das expectativas que são muito distintas.

Em EAD existem várias formas de interagir com o outro, como:

- Aluno/professor: pode ser síncrona ou assíncrona; o professor tem como função realizar um feedback para sanar possíveis dúvidas ou problemas. Esse deve ocorrer em tempo hábil para que não seja prejudicial ao aluno, além de apresentar aspectos positivos.
- Aluno/conteúdo: nesse ocorre o desenvolvimento de conteúdos e objetos de aprendizagem de diversas maneiras, como: som, texto, imagens, vídeo.
- Aluno/aluno: pode ser síncrona ou assíncrona e tem como pressuposto realizar a aprendizagem colaborativa e cooperativa.
- Professor/professor: são interações que possibilitam novas fontes de assistência pedagógica; podem acontecer através de congressos e seminários à distância.

- Professor/conteúdo: a produção, o desenvolvimento e a aplicação de conteúdos produzidos pelos próprios professores têm se tornado elemento essencial em EAD. O professor-tutor interage com esse conteúdo comentando-o, sugerindo fontes de consulta, propondo atividades etc.

A interatividade pode ocorrer de duas formas: unívoca ou biunívoca. Nas interações unívocas apenas o sujeito da interação é capaz de assimilar e/ou apreender o que está sendo posto no processo. Nas interações biunívocas, considerando aqui a relação sujeito-sujeito com uma interface tecnológica entre eles, os sujeitos em interação mutuamente se afetam na assimilação e/ou na apreensão do que está sendo posto no processo.

Na interação unívoca homem-máquina, para estabelecer o sistema comunicativo emissor-receptor, o emissor encontra-se nos diversos tipos de textos veiculados pela mídia utilizada; o receptor potencial é o aprendiz que propôs submeter-se ao contexto da aprendizagem. Muito do que estiver sendo proposto na situação interativa só será assimilado se houver relação direta com a sua capacidade de compreensão, se houver provocação aos seus desejos ou conflitos cognitivos em confrontação com um objeto ou contexto peculiar, para que o mesmo sujeito torne-se “receptor” de suas descobertas. Ou seja, o aprendizado está baseado e dependerá de sua capacidade e disponibilidade de “ler” o que está sendo exposto no e pelo objeto mídia. Cabe ressaltar aqui a maleabilidade atual dos objetos tecnológicos, pois aceitam configurações ou vêm com um repertório de ações concebidas para simular uma relação de interatividade com outro ser virtual, tentando provocar os mecanismos acima descritos.

O docente pode construir mediação interativa inspirada nas seguintes sugestões:

- Propiciar oportunidades de múltiplas experimentações, múltiplas expressões;
- Disponibilizar uma montagem de conexões em rede que permita múltiplas ocorrências;
- Provocar situações de inquietação criadora;
- Arquitetar colaborativamente percursos hipertextuais que codificam e decodificam informações.
- Disponibilizar múltiplas redes articulatórias, sabendo que não se propõe uma mensagem fechada, ao contrário, oferecem-se informações em redes de

conexões permitindo ao receptor ampla liberdade de associações, de significações.

- Engendrar a cooperação, sabendo que a comunicação e o conhecimento se constroem entre alunos e professor como co-criação.
- Suscitar a expressão e a confrontação das subjetividades no presencial e nas interfaces fórum, e-mail, chat, blog, wiki e portfolio, sabendo que a fala livre e plural supõe lidar com as diferenças na construção da tolerância e da democracia.
- Garantir no ambiente online de aprendizagem uma riqueza de funcionalidades específicas tais como: intertextualidade (conexões com outros sites ou documentos), intratextualidade (conexões no mesmo documento), multivocalidade (multiplicidade de pontos de vista), usabilidade (percursos de fácil navegabilidade intuitiva), integração de várias linguagens (som, texto, imagens dinâmicas e estáticas, gráficos, mapas), hipermídia (convergência de vários suportes midiáticos abertos a novos links e agregações).
- Estimular a autoria cooperativa de formas, instrumentos e critérios de avaliação, criar e assegurar a ambiência favorável à avaliação formativa e promover avaliação contínua. (SILVA, 2000, 2003, 2005 e 2006).

No ambiente comunicacional de EAD um dos desafios dos cursos é atingir o equilíbrio entre o conhecimento, o aluno e o professor. As habilidades e competências dos membros que compõem essa modalidade de ensino associada a uma interação que de fato construa, mantenha e suporte a aprendizagem são as grandes questões com as quais as instituições de EAD se deparam. No que se refere às estruturas de suporte e tutoria, observa-se as questões relacionadas com a construção de um ambiente adequado, tempo de dedicação dos tutores, promoção de uma relação empática e informal entre alunos e tutores. Portanto esses são alguns dos mecanismos fundamentais para ocorrer o pleno desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões.

Esses princípios da docência interativa são linhas de agenciamentos que podem potencializar a autoria do professor, presencial e online. A partir de agenciamentos de comunicação capazes de contemplar o perfil comunicacional da geração digital que emerge com a cibercultura, o docente pode promover uma modificação paradigmática e qualitativa na sua docência e na pragmática da aprendizagem e, assim, reinventar a sala de aula em nosso tempo.

CAPÍTULO 3: AVALIAÇÃO EM EAD

3.1 TIPOS DE AVALIAÇÃO

Nesse último capítulo serão apresentados alguns dos tipos de avaliação usados, habitualmente, por professores tanto no ensino presencial quanto na modalidade a distância. As formas como ela ocorre na EAD, e que estratégias o professor pode utilizar para melhor auxiliar o aluno a desenvolver-se e concluir seus estudos com êxito.

Os avanços tecnológicos e as inovações ocorridas nos sistemas de comunicação, como o advento da internet na década de noventa, proporcionaram a quebra de muitos paradigmas no âmbito educacional. Tais eventos possibilitaram o surgimento de propostas educativas mais ousadas, como a EAD, processo de ensino-aprendizagem onde a interação professor-aluno ocorre através da mediação tecnológica.

A EAD passa a ter existência legal a partir da Lei nº. 9.394 de 1996, sendo no início, oferecida para jovens e adultos no ensino fundamental e no superior. Nos últimos anos, verificou-se um aumento da oferta e uma expansão significativa, principalmente no que se refere ao ensino superior, em modalidades de cursos livres, na extensão, na educação continuada e pós-graduações *lato sensu*, isto é, direcionados à formação em nível superior. Esse assunto será estudado mais adiante.

Essa modalidade de ensino proporcionou para a educação novas formas de abordar o conhecimento, ademais de usar outros instrumentos para observar o nível de aprendizagem dos alunos. Tais instrumentos avaliativos se configuram através de ferramentas síncronas, assíncronas, como também de meios tradicionais.

Como qualquer modalidade de ensino, na EAD, a avaliação da aprendizagem, também denominada de avaliação interna por ser parte do fazer pedagógico do professor, busca a obtenção de informações fidedignas sobre o trabalho realizado com os alunos nas diferentes áreas do conhecimento. Essa ação possibilita subsidiar o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, a utilização de novos instrumentos e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou

reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo.

Dessa forma, podemos destacar a definição de Avaliação, segundo Libâneo (1994, p. 196) como:

Componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência desses com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

A avaliação vista sobre esse aspecto não se restringe ao julgamento sobre sucesso ou fracasso do aluno, mas é compreendida como um conjunto de atuações que tem como função alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica.

Quando vinculada ao processo de ensino-aprendizagem, a avaliação pode garantir um retorno permanente ao professor sobre o quê e em que medida o aluno está conseguindo assimilar o conteúdo estudado. Assim sendo, a avaliação antecede, acompanha e sucede o trabalho pedagógico, assumindo funções diferenciadas de acordo com a situação de aprendizagem e o momento em que é demandada. Partindo desse princípio, a avaliação se classifica em: Diagnóstica, Formativa e Somativa.

A Avaliação diagnóstica tem como função descrever como irá se desenvolver o processo pedagógico. Ocorre em dois momentos: antes e durante o processo de instrução. No primeiro, o professor diagnostica quais os conhecimentos que o aluno possui, quais as habilidades básicas dominadas e a que grupo cada aluno irá pertencer de acordo com as características que apresenta. No segundo momento, é realizada uma identificação das causas não pedagógicas de repetidos fracassos de aprendizagem. Nessa avaliação, a concepção de educação passa a ver o educando como sujeito de sua própria aprendizagem. Nessa perspectiva, há uma centralização no processo e não apenas no aluno.

Na visão da avaliação diagnóstica, a concepção de educação passa a ver o educando como sujeito de sua própria aprendizagem. Nessa perspectiva, a avaliação não pode centrar-se nos produtos, mas sim no processo, em primeiro plano, sem comparação com padrões externos. O foco deixa de ser apenas o aluno.

A avaliação diagnóstica é muito complexa, já que envolve uma rede de relações em que estão incluídos aquele que ensina e aquele que aprende. Essa avaliação é utilizada por quem acredita que a pessoa humana é sempre capaz de crescer.

Um dos propósitos da avaliação com função diagnóstica é informar o professor sobre o nível de conhecimentos e habilidades de seus alunos, antes de iniciar o processo ensino-aprendizagem, para determinar o quanto progrediram depois de um certo tempo. No início do período letivo ele precisa fazer uma avaliação diagnóstica da classe, para verificar o que os alunos aprenderam ao longo dos períodos anteriores, isto é, qual a bagagem cognitiva que eles estão levando para aquela série.

Segundo Luckesi (1995, p. 87), esta avaliação diagnóstica de classe:

Constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a competência, pois como diagnóstico ela será sempre um momento dialético do senso do estágio em que se está e a de sua distância em relação a perspectiva que está colocada como ponto a ser atingido à frente.

Outra forma de avaliação é a formativa, com função de controle, sua realização ocorre no decorrer do ano letivo, com a intenção de verificar se os educandos estão alcançando os objetivos previstos, isto é, os resultados obtidos durante o desenvolvimento das atividades propostas.

A avaliação formativa constrói-se num processo compartilhado, dialógico, formativo por excelência tanto para professores como para alunos, e isso toca numa questão política de organização da escola, de gestão dos processos pedagógicos e, sobretudo, de gestão das políticas públicas de educação curriculares, de avaliação, entre outras. A função da avaliação numa visão mais restrita seria: recolher informações nos objetivos, utilizando instrumentos válidos e precisos, interpretar informações recolhidas com base em critérios preestabelecidos, identificando objetivos atingidos e não atingidos, planejar atividades de recuperação para os alunos que não atingiram os critérios estabelecidos.

Assim, a avaliação formativa numa visão mais ampla visa buscar a compreensão e o funcionamento cognitivo do aluno face da tarefa proposta. Nesse sentido, determina

se o educando tem domínio gradativo de cada etapa da instrução, antes de caminhar para a etapa seguinte do processo de ensino-aprendizagem. É nessa modalidade de avaliação que o aluno percebe seus erros e acertos e encontra estímulo para um estudo sistematizado. A avaliação formativa propicia orientar tanto o aluno no estudo como o professor no trabalho, pois pode ser utilizada como um recurso de ensino e como uma fonte de motivação.

A avaliação formativa pode ser entendida como aquela que ocorre no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, com vistas a identificar e sanar eventuais dificuldades encontradas pelos alunos. Tem como princípios o atendimento às diferenças individuais dos discentes e a prescrição de medidas alternativas de recuperação das falhas de aprendizagem.

Mais uma forma de avaliação é a denominada de avaliação somativa, que tem função classificatória, sua realização ocorre no final de um curso, período letivo ou unidade de ensino, e consiste em classificar os alunos de acordo com os níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra.

É uma visão mecanicista de educação, onde o professor é o dono do saber e os alunos passivamente acatam suas verdades, bem como as dos livros didáticos e das apostilas utilizadas. A avaliação recai sobre os acertos, onde é estimulada a competição. O aluno estuda apenas para obter resultados convenientes, para “passar de ano”.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a avaliação somativa consiste em atribuir ao aluno uma nota ou conceito final para fins de promoção. Tradicionalmente, é com essa função que a avaliação tem sido mais usada na escola. A mesma supõe uma comparação, pois o aluno segue uma escala segundo o nível de aproveitamento e rendimento alcançado, geralmente em comparação com os demais colegas, isto é, com o grupo classe.

Observados os tipos de avaliação, percebe-se que o aluno pode ser auxiliado no desenvolvimento de suas competências e habilidades ou não, de acordo com o tipo de avaliação aplicado pelo professor, e que esse deve ter como princípio ajudar seu discente, como defendem os autores abaixo:

O principal objetivo da avaliação é ajudar o aluno a aprender e o professor a ensinar. Perrenoud (1999, p. 123). Por meio da avaliação, utilizando instrumentos e procedimentos próprios, pode-se mensurar quantidade e nível de aprendizagem alcançados. Libâneo (1994, p. 99).

3.2 AVALIAÇÃO VIRTUAL

A avaliação em EAD envolve diversos aspectos bastante complexos e relacionados entre si; não deve se restringir apenas a aspectos cognitivos (projeto final, prova), mas englobar também aspectos comportamentais. Avaliar e acompanhar o aprendizado do aluno envolve, além das teorias pedagógicas utilizadas, questões tecnológicas.

As plataformas disponibilizam ferramentas que possibilitam ao professor acompanhar o aluno durante a realização do curso, levando-se em conta as interações do aluno com o ambiente de ensino. O número de acessos e o tempo de permanência no AVA, por exemplo, apesar de representarem, a priori, uma avaliação quantitativa, se observados sob outro ponto de vista, nos fornecem informações representativas no que concerne o interesse e a participação do aluno. A avaliação em EAD é um processo contínuo, onde aspectos, como interesse, cooperação e participação nas atividades propostas são extremamente importantes.

A avaliação em EAD combina uma variedade de instrumentos que possibilitam contemplar aspectos quantitativos e qualitativos. As tarefas a desenvolver durante o curso envolvem entre outros, exercícios práticos, estudos de caso, comentários de textos, auto-avaliação e mesmo a realização de provas escritas que poderão ter respostas abertas, fechadas, mistas, etc. A avaliação pode contemplar também a participação em fóruns, bate-papos (chat) e portfólio. Todo esse percurso tem o acompanhamento constante do tutor, que realiza o registro do desempenho individual do aluno recorrendo a bases de dados que permitam gerenciar a informação em tempo hábil. De acordo com determinação legal específica para a EAD, a avaliação do rendimento do aluno para fins

de promoção, certificação ou diplomação, terá de ser realizada por meio de exames presenciais.

Os instrumentos mais utilizados para a realização das atividades de avaliação em EAD, por meio de ambiente virtual de aprendizagem, podem ser classificados como: Fórum, chat, ferramenta de postagem das atividades, prova, portfólio, e outros de acordo com o conteúdo.

Dos instrumentos tecnológicos mais usados para fins avaliativos, será abordado os listados acima.

Fórum é um espaço para debate, troca de ideias entre os participantes. Pelo fórum avalia-se as capacidades de elaborar opiniões próprias, argumentar a partir das leituras e reflexões e de comentar as opiniões dos colegas. Pode ser usado como instrumento de avaliação pautado em critérios claros e bem específicos sobre o assunto estudado. Por exemplo, podemos avaliar a reflexão do aluno com base no assunto questionado destacando a coerência, a citação correta, a interação com o grupo e a opinião pessoal.

Chat em português significa "conversaço", ou "bate-papo" usado no Brasil, é um neologismo para designar aplicações de conversaço em tempo real. Esta definição inclui conversaço em sítio web ou mensageiros instantâneos.

O professor-tutor ao usar o chat, como instrumento de avaliação, deve observar o que destaca Moran (2000, p. 55), quando diz que, "O mais importante é a credibilidade do professor, sua capacidade de estabelecer laços de empatia, de afeto, de colaboração, de incentivo, de manter o equilíbrio entre flexibilidade e organização". O professor nessa abordagem atua como mediador e desenvolve também ações investigativas.

O portfólio constitui o conjunto de produções resultantes das atividades supervisionadas sugeridas nos materiais de estudo do aluno. A avaliação dessa produção é de responsabilidade direta do tutor da telessala. A supervisão desse processo é realizada pelo coordenador de curso e pelos tutores da tutoria central. (CORTELAZZO E ROMANOW, 2006, P. 109).

Outro instrumento que integra o processo de avaliação é a realização de prova presencial para permitir o fechamento do processo de individualização da

aprendizagem. A prova escrita é realizada ao final de cada unidade temática de aprendizagem.

A avaliação individual é realizada presencialmente pelos alunos sob a supervisão do tutor local.

A avaliação individual presencial é uma exigência da legislação em EAD e, se tomada como o único indicador de aprendizagem, transforma-se em medida, controle, hierarquização e seleção.

Por inúmeras razões, um professor de EAD não pode avaliar o aluno apenas através de testes e trabalhos. Assim, a avaliação nessa modalidade de ensino deve empregar diversos meios. O profissional precisa estar à disposição do aluno, orientá-lo e, certamente, não deve medir apenas quantidades ou refletir apenas um momento pontual.

Estudar e desenvolver metodologias a serem empregadas na avaliação à distância e que possibilitem avaliações mais dinâmicas e interativas é um desafio, pois embora tenha ocorrido avanço dessa modalidade no sistema educacional, as formas de avaliação inovadoras que se adaptem a ele são quase inexistentes.

3.3 COMO AVALIAR

A avaliação dos alunos visando verificar a aprendizagem sempre foi um dos principais desafios do professor. Para verificar o nível de aprendizagem dos alunos em aulas presenciais, além dos mecanismos formais, como testes, trabalhos e exercícios, os professores utilizam também alguns mecanismos complementares, como a observação da expressão facial do aluno, a participação em aula e perguntas dirigidas aos discentes. Desta forma, o professor poderá fazer ajustes aos seus procedimentos de ensino, por exemplo, diminuindo ou aumentando o ritmo da aula, fazendo revisões e passando material complementar. (HACK, 1999, P. 87)

A avaliação em ambientes de educação a distância é muito mais crítica do que a avaliação do modelo educacional presencial. Na educação a distância todo o processo

de avaliação deve ser muito bem planejado. Este planejamento exige que seja previsto e antecipado todas as possíveis ações realizadas pelos componentes do ambiente, sejam eles alunos, material didático utilizado ou professores. (NEAD, 2011).

Quando se planeja uma avaliação em um ambiente de educação a distância, é importante que se considere todos os aspectos do processo ensino-aprendizagem. O resultado da avaliação deve permitir além de conclusões referentes ao aluno, como a sua evolução e qualificação na busca do conhecimento como também permitir àqueles que elaboraram o conteúdo pedagógico tomar decisões quanto a continuidade ou por alterações do material utilizado nas aulas.

Não é possível se ter um ambiente de educação a distância sem se ter uma ferramenta capaz de avaliar os alunos que participarão do curso ou aula a que serão submetidos, já que a avaliação está diretamente relacionada com o rendimento do aluno ou o processo de ensino-aprendizagem. E o processo ensino-aprendizagem é parte de um ciclo fundamental na construção do conhecimento dos alunos. Pois a avaliação faz parte desse ciclo como um elemento sistemático de correção de falhas, auxiliando o professor a corrigir e melhorar o seu processo de ensino e auxiliando o aluno a perceber e rever onde está falhando e assim tomar um reforço onde for necessário. Caso o professor perceba dificuldades gerais no aprendizado dos alunos ele deve rever se não houve falhas ou carências no método de ensino utilizado e aí tomar as devidas atitudes para melhorar e aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem. (HACK, 2000, P. 153)

Não existe um modelo de avaliação padrão definido para ambientes de educação a distância, da mesma forma que não existe um modelo padrão para ambientes de EAD. Apesar de não existirem padrões definidos a avaliação deve respeitar as exigências legais dos órgãos competentes que regem os estatutos da educação. Conforme legislação que vigora desde o ano de 1998, o MEC exige que toda a avaliação seja realizada de forma presencial, independente da forma, seja ela a distância ou não. Dessa forma a avaliação se torna um importante aspecto a ser considerado em projetos de EAD em que se almeje executar uma avaliação que seja considerada legal pelos órgãos competentes. (FREITAS, 1999, P. 110)

A avaliação na EAD não trata apenas de compreender e melhorar os procedimentos e instrumentos, isso porque é no processo das relações sociais que a

educação se engendra, [...] assim o modo de organização do processo não desaparece antes que se esgotem todas as possibilidades de forças que o contêm, é necessário que as condições materiais possam ser produzidas, o que requer esforço de descrição e explicação dos problemas e conflitos [...] (SAVIANI, 2007, P. 70).

A avaliação no processo ensino-aprendizagem é um ritual pedagógico que atinge aspectos sociais, éticos e psicológicos podendo estimular ou frustrar o crescimento do sujeito que aprende. (CAMARGO, 1996, P. 89).

Um processo de avaliação não deve apenas medir o aproveitamento do aluno, verificando apenas se ele adquiriu e assimilou novos conhecimentos. Além de medir o aproveitamento a avaliação deve ser feita e encarada pelo aluno como oportunidade que ele tem de ser analisado e considerado pelo seu comportamento. É importante que o aluno seja avaliado pela sua participação, interesse, aptidão, responsabilidade e forma com que busca adquirir novos conhecimentos. Pois esses fatores são determinantes para o ingresso e a participação em um meio social, demonstrado inclusive aspectos de sua personalidade. O fato de o aluno ser avaliado por esses fatores faz disso uma motivação a mais para ele se envolver com o processo educacional. Outro aspecto importante da avaliação no processo ensino-aprendizagem, por parte do aluno, é que a avaliação deve gerar informações capazes de contribuir e orientar o aluno para aperfeiçoar sua participação no processo educacional; e por parte do professor a avaliação deve gerar informações que deem suporte a ele capazes de corrigir possíveis falhas nas técnicas de avaliação bem como orientar o professor na melhora das técnicas utilizadas para avaliação. (HACK, 2000, P. 117)

CONCLUSÕES

Todo período histórico tem um conhecimento específico e as formas características de difundi-lo atendendo às necessidades próprias de seu tempo, essas estão relacionadas às demandas social, política, profissional e ideológica. Entretanto, muitas vezes, a efetivação dessas mudanças ocorre de forma lenta acarretado por conflitos e modificações frente aos processos anteriores que são devidamente cristalizados.

Concluindo pode-se considerar o momento atual como um marco na educação e um período histórico em que as maneiras de propagar o conhecimento se tornam muito mais variadas. A modalidade de EAD consegue se tornar pontual frente às unidades de ensino, inclusive dentro das universidades.

A EAD, como modalidade de ensino, e as universidades, bem como outros tipos de instituições educacionais de nível superior estão sendo influenciadas pelo uso das novas tecnologias e atendendo um número cada vez maior de pessoas que buscam novas formas de acesso ao conhecimento.

Dentro desse novo modelo percebemos exigências e comportamentos diferenciados por parte de todos que integram tal modelo. São exigidas competências, habilidades e maneiras de interagir específicas.

Sendo assim, as unidades de ensino, bem como professores, alunos e gestores devem estar preparados para essa nova realidade educacional para dessa forma contribuir para uma educação de qualidade e diferenciada que possa elevar o nível intelectual e cultural de nossos alunos de um modo mais rápido e dinâmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J.R.M. *A educação superior a distância: uma análise de sua evolução no cenário brasileiro*. Disponível em: www.universia.com.br/materia/materia.jsp?ide:9444. Acesso em: 10/08/2008.

CAMARGO, Alzira Leite Carvalhaes. *O discurso sobre a avaliação escolar do ponto de vista do aluno*. Campinas, 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

CARNEIRO, Moaci Alves. *LBD Fácil: Leitura crítico-compreensiva* artigo a artigo. 17.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. 549 p.

CARTA Mensal Educação. Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação. Brasil, 2004/2007.

CASTELLS, M. “*A era da informação: economia, sociedade e cultura*”. In: *Fim de Milênio*, v.3. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CORTELAZZO, I. B. C.; ROMANOWSKI, J. P. *Guia de orientação do curso*. Curitiba: Ibpex, 2006.

CRUZ, T.M. *Universidade aberta do Brasil: implementação e previsões*. Tese (Mestrado em Educação) pela UnB, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 873 p.

FREITAS, Henrique, NASCIMENTO, Luís F., OLIVEIRA, Mírian. *Educação a distância: alternativas para o PPGA?*.1999. Disponível por WWW em http://navi.adm.ufrgs.br/download/projeto_ead_inicial.PDF (01/11/2011).

FREIRE, Paulo. (1977) *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro, Paz e Terra 96.

HACK, Luciano Emilio. *Avaliação no contexto da educação a distância apoiada na internet*. Monografia, Curso de Pós-Graduação em Ciência da Computação. Porto Alegre, RS, Março. 1999.

_____. *Mecanismos complementares para a avaliação do aluno na educação a distância*. Monografia, Curso de Pós-Graduação em Ciência da Computação. Porto Alegre, RS, Abril. 1999.

HAYDT, Regina Cazux. *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. Editora Ática. São Paulo. 2000. 6ª Edição.

LIBÂNEO, J.C. *Didática*, 15ª.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Adeus professor, adeus professora?* São Paulo: Cortez, 2001.

LUCHESE, C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINS, L.R. *Educação a distância na Universidade de Brasília: uma trajetória de janeiro de 1979 a junho de 2006*. Tese (Mestrado em Educação) pela UnB, 2007.

MORAN COSTAS, J.M. *Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas*. In: MORAN COSTAS, José Manuel; MASETTO, M; BEHRENS, M. (Org.). *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 13. ed. Campinas: Papirus editora, 2000.

MORAN, J.M. “*A educação superior a distância no Brasil*”. In: SOARES, M.S.A. (org.), *A educação superior no Brasil*. Brasília: Capes/Unesco, 2002.

NEAD - Núcleo de Educação a distância – *Avaliação da Aprendizagem*. Disponível por www em: <http://www.nead.uncnet.br/ead/aval.htm>. UnCUniversidade do Contestado-SC. (07/10/2011)

PALLOFF, K. e PRATT, *Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

Perrenoud, P. 10 *Novas competências para ensinar*. Artmed. 2000.

_____. *Criar e professorar um curso online*. In: SILVA, M.(Org.) Educação online. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Educación interactiva: enseñanza y aprendizaje presencialy on-line*. Madrid: Gedisa, 2005.

_____. *O fundamento comunicacional da avaliação da aprendizagem na sala de aula online*. In: SILVA, M.; SANTOS, E. O. (Orgs.). Avaliação da aprendizagem em educação online. São Paulo: Loyola, 2006.

PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

REVISTA Brasileira de Educação a Distância. *Instituto de Pesquisas Avançadas em educação*, Brasil – edições seriadas de 1993 a 2007.

SILVA, M. *Sala de aula interativa*. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.